



*Ela é como a gente!*

# **Caderno de Projetos**

**2011-2017**

# PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

---

## Sumário

CULTURA .....	3
LEIS APROVADAS - CULTURA.....	3
IGUALDADE RACIAL E MATRIZ AFRICANA .....	5
LEIS APROVADAS - IGUALDADE RACIAL E MATRIZ AFRICANA .....	5
SAÚDE.....	7
MULHERES.....	8
LEIS APROVADAS - MULHERES .....	8
EDUCAÇÃO .....	9
TURISMO .....	10
LEIS APROVADAS – TURISMO.....	10
SINDICAL.....	11
DIREITO DO CONSUMIDOR .....	12
LEIS APROVADAS – DIREITO DO CONSUMIDOR.....	12
DIREITOS HUMANOS .....	13
LEIS APROVADAS - DIREITOS HUMANOS .....	13
PESSOA COM DEFICIÊNCIA.....	14
UTILIDADE PÚBLICA.....	15
LEIS APROVADAS - UTILIDADE PÚBLICA.....	15
DIVERSIDADE .....	16
LEIS APROVADAS - DIVERSIDADE .....	16
CIDADANIA .....	17
MEIO AMBIENTE.....	18
DIREITO À INFORMAÇÃO.....	19
HOMENAGEM.....	20
PROTEÇÃO ANIMAL.....	21
PROTEÇÃO À CRIANÇA .....	22
PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ASSINADAS .....	23

# PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

## CULTURA

PROJETOS	EMENTA
PL nº 104/2018	Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Encontro Paulista de Hip Hop".
PL nº 1061/2017	Dispõe sobre os critérios para a Administração Pública direta e indireta do Estado contratar artistas para espetáculos em festejos de época e outros eventos comemorativos e culturais.
PL nº 894/2017	Dispõe sobre a preservação e os procedimentos de tombamento e de registro do patrimônio cultural de origem africana no Estado.
PL nº 893/2017	Declara patrimônio cultural imaterial do Estado a "Congada de São Benedito de Cotia".
PL nº 853/2017	Declara os Desfiles das Escolas de Samba realizados no Carnaval patrimônio cultural imaterial do Estado.
PL nº 425/2016	Declara o programa de rádio "O Samba pede Passagem" Patrimônio Cultural Imaterial do Estado.
PL nº 249/2016	Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Estado a "Festa de Iemanjá".
PL nº 816/2016	Dá a denominação de "Freguesia do Ó - Rosas de Ouro" à atual estação do metrô Freguesia do Ó.
PL nº 918/2016	Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado a "Feira de Artes e Artesanato de Embu das Artes".
PL nº 375/2015	Dá a denominação de "Bela Vista Vai-Vai" à atual Estação Bela Vista do metrô.
PL nº 360/2015	Define o "Funk" como movimento cultural e musical de caráter popular.
PL nº 359/2015	Declara o Terreiro de Candomblé Ile Alaketu Asé Airá, mais conhecido como Axé Batistini, em São Bernardo do Campo, como patrimônio cultural imaterial do Estado.
PR nº 09/2014	Institui o "Prêmio Zumbi dos Palmares". <b>Obs: autoria conjunta com deputado Adriano Diogo</b>
PL nº 483/2013	Institui a Política Cultural Paulista, destinada a promover a produção, a difusão e o acesso aos direitos culturais dos diferentes núcleos comunitários de cultura.
PL nº 306/2012	Institui a "Semana Estadual do Hip-Hop".

## LEIS APROVADAS - CULTURA

Lei nº 16.732/2018	Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Samba na Feira", realizado na Capital.
Lei nº 16.542/2017	Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Samba no Trem", realizado em Osasco e na Capital.
*Lei nº 16.799/2018 – também incluída no tópico Igualdade Racial e Matriz Africana	Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Afoxé Ilê Omo Dadá".
Lei nº 16.538/2017	Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Feira de Artes e Artesanato de Embu das Artes."
Lei nº 15.148/2013	Institui o "Dia Estadual das Tias Baianas das Escolas de Samba de São Paulo"
Lei nº 16.496/2017	Institui o "Dia Estadual do Tatuador e da Tatuadora".
Lei nº 16.234/2016	Declara de utilidade pública a "Associação Cultural Filhos de Ganga Zumba - AFOXÉ", em Cubatão.
Lei nº 16.310/2016	Institui o "Dia Estadual do Funk de São Paulo".
Lei nº 15.809/2015	Institui o "Dia Estadual do Volksrod".
Lei nº 16.663/2018	Institui no âmbito do Estado o "Dia da Umbanda", a ser comemorado no dia 15 de Novembro de cada ano.

## PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

---

Lei 15.690/2015	Declara o Samba patrimônio cultural imaterial do Estado
Lei nº 16.394/2017	Institui a Semana Estadual do Samba
Lei nº 16.644/2018	Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Black June", em Rio Claro. <b>Obs:</b> autoria conjunta com dep. Márcia Lia e dep. Aldo Demarchi

# PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

## IGUALDADE RACIAL E MATRIZ AFRICANA

PROJETOS	EMENTA
PL nº 899/2017	Declara como Patrimônio Cultural Imaterial do Estado o "Templo de Candomblé Ilê Alaketu Asé Odé Akuerã", também conhecido como "Axé PV", em Barueri.
*PL nº 894/2017 – também incluso no tópico cultura	Dispõe sobre a preservação e os procedimentos de tombamento e de registro do patrimônio cultural de origem africana no Estado.
PL nº 893/2017 - também incluso no tópico cultura	Declara patrimônio cultural imaterial do Estado a "Congada de São Benedito de Cotia".
PL nº 499/2017	Dispõe sobre cotas étnico/racial nos espaços públicos de participação e controle social, no âmbito do Estado de São Paulo.
PL nº 226/2017	Dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação por motivo religioso.
PR nº 09/2014	Institui o "Prêmio Zumbi dos Palmares". <b>Obs: autoria conjunta com deputado Adriano Diogo</b>
PL nº 815/2016	Institui a Política Estadual de Fomento ao Empreendedorismo de Negros e Negras, no Estado.
*PL nº 249/2016 – também incluso no tópico cultura	Declara Patrimônio Cultural Imaterial do Estado a "Festa de Iemanjá".
PL nº 934/2014	Garante a divulgação de imagens de homens e mulheres, negros, na proporção de 50% (cinquenta por cento) do total de imagens de pessoas veiculadas por meio de vídeo, foto, gravura, pintura, computação gráfica e outras expressões visuais, em campanhas publicitárias institucionais ou de utilidade pública de iniciativa da Administração Direta, Indireta e de Fundações públicas do Estado.
PL nº 1152/2011	Institui o Fundo para a Superação da Discriminação Racial e Promoção da Igualdade - FSDRPI.
*PL nº 359/2015 – também incluso no tópico cultura	Declara o Terreiro de Candomblé Ilê Alaketu Asé Airá, mais conhecido como Axé Batistini, em São Bernardo do Campo, como patrimônio cultural imaterial do Estado.

## LEIS APROVADAS - IGUALDADE RACIAL E MATRIZ AFRICANA

Lei nº 16.562/2017	Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Cortejo das Águas de Oxalá", realizada em Araras.
Lei nº 16.758/2018	Torna obrigatória a informação sobre cor ou identificação racial em todos os cadastros, bancos de dados e registros de informações assemelhados, públicos e privados, no Estado de São Paulo e dá providências correlatas.
Lei nº 16.799/2018	Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Afoxé Ilê Omo Dadá".
Lei nº 16.762/2018	Altera a Lei nº 14.187, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação racial.
Lei nº 16.682/2018	Institui o "Dia Estadual do Orgulho Crespo de São Paulo".
*Lei nº 16.234/2016 – também incluso no tópico cultura	Declara de utilidade pública a "Associação Cultural Filhos de Ganga Zumba - AFOXÉ", em Cubatão.
Lei nº 14.893/2012 (veto parcial – mantido)	Fica instituído o "Dia de Iemanjá" a ser comemorado no dia 02 de fevereiro de cada ano.
Lei nº 14.905/2012 (veto parcial – mantido)	Fica instituído o "Dia de Ogum" no dia 23 de abril de cada ano.

## PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

---

<b>Lei nº 16.663/2018</b>	<b>Institui no âmbito do Estado o "Dia da Umbanda", a ser comemorado no dia 15 de Novembro de cada ano.</b>
<b>Lei nº 14.905/2012 (veto parcial – mantido)</b>	<b>Fica instituído o "Dia de Ogum" no dia 23 de abril de cada ano.</b>
<b>Lei nº 14.893/2012 (veto parcial – mantido)</b>	<b>Fica instituído o "Dia de Iemanjá" a ser comemorado no dia 02 de fevereiro de cada ano.</b>

# PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

## SAÚDE

PROJETOS	EMENTA
PL nº 420/2018	Cria o cadastro de obesidade infanto-juvenil dos alunos nas escolas de ensino fundamental e médio do Estado.
PL nº 161/2018	Torna obrigatória a apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula nas escolas públicas do Estado que oferecem ensino infantil, fundamental e médio.
PL nº 156/2018	Obriga o Sistema Único de Saúde - SUS a divulgar os medicamentos distribuídos gratuitamente à população nos estabelecimentos que comercializem ou forneçam tais medicamentos.
PL nº 131/2018	Autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento de pedágio os proprietários de veículos automotores portadores de deficiência renal que precisam se deslocar para outro município a fim de se submeterem ao tratamento de hemodiálise.
PL nº 1130/2017	Dispõe sobre a prevenção da violência obstétrica no âmbito da assistência perinatal.
PL nº 1095/2017	Dispõe sobre a política de prevenção das IST/HIV/AIDS com jovens e adolescentes. <b>Obs: autoria conjunta com Deps. MLAmery, Ed Thomas e Luiz Turco</b>
*PL nº 792/2016 – também incluído no tópico educação	Estabelece diretrizes para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar das redes de ensino pública e privada do Estado.
PL nº 791/2016	Autoriza o Poder Executivo a celebrar convênios com os Municípios a fim de implantar o programa "Municípios em Forma", visando atingir os portadores de obesidade em todas as faixas etárias.
*PL nº 440/2016 – também incluído no tópico Mulher	Institui a "Semana Estadual de Conscientização sobre os Direitos das Gestantes", no Estado.
PL nº 437/2015	Institui o Pacto Estadual Social para Humanização da Assistência ao Parto e Nascimento em todos os estabelecimentos de saúde.
PL nº 436/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade de universalização da aplicação das normas de saúde atinentes ao parto e nascimento no Estado.
PL nº 571/2014	Fica proibida, no âmbito do Estado, a cobrança de qualquer valor ou taxa, pelas maternidades particulares, para permitir que o médico que atendeu a parturiente durante os meses de gestação seja o responsável pelo parto.
PL nº 891/2013	Autoriza o Poder Executivo a implementar a gratuidade nos transportes públicos de passageiros às pessoas doentes de tuberculose. <b>Obs: autoria conjunta com dep. Adriano Diogo</b>
PL nº 890/2013	Institui o "Programa de Assistência Alimentar e Nutricional para Pacientes de Tuberculose". <b>Obs: autoria conjunta com dep. Adriano Diogo</b>
PL nº 250/2013	Dispõe que maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado de São Paulo, ficam obrigados a permitir a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto e pós-parto, sempre que solicitado pela parturiente.

# PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

## MULHERES

PROJETOS	EMENTA
*PL nº 1130/2017 – também incluso no tópico saúde	Dispõe sobre a prevenção da violência obstétrica no âmbito da assistência perinatal.
PL nº 1080/2017	Institui o ensino da Lei Maria da Penha nas escolas.
PL nº 941/2017	Torna obrigatória a instalação de salas de apoio à amamentação em órgãos públicos do Estado.
PR nº 06/2017	Cria o "Prêmio Marisa Letícia Lula da Silva" - Mulheres na Luta. <b>OBS: autoria conjunta com outros deputados</b>
PL nº 440/2016	Institui a "Semana Estadual de Conscientização sobre os Direitos das Gestantes", no Estado.
PL nº 130/2016	Dispõe sobre diretrizes visando a promoção da igualdade de direitos entre mulheres e homens no Estado. <b>Obs: autoria conjunta com as deputadas Analice Fernandes, Ana do Carmo, Clélia Gomes, Beth Sahão, ML Amary e Vanessa Damo.</b>
*PL nº 437/2015 - também incluso no tópico saúde	Institui o Pacto Estadual Social para Humanização da Assistência ao Parto e Nascimento em todos os estabelecimentos de saúde.
*PL nº 436/2015 – também incluso no tópico saúde	Dispõe sobre a obrigatoriedade de universalização da aplicação das normas de saúde atinentes ao parto e nascimento no Estado.
*PL nº 571/2014 – também incluso no tópico saúde	Fica proibida, no âmbito do Estado, a cobrança de qualquer valor ou taxa, pelas maternidades particulares, para permitir que o médico que atendeu a parturiente durante os meses de gestação seja o responsável pelo parto.
*PL nº 250/2013 – também incluso no tópico saúde	Dispõe que maternidades, casas de parto e estabelecimentos hospitalares congêneres, da rede pública e privada do Estado de São Paulo, ficam obrigados a permitir a presença de doulas durante todo o período de trabalho de parto e pós-parto, sempre que solicitado pela parturiente.

## LEIS APROVADAS - MULHERES

<b>Lei nº 15.131/2013</b>	<b>Institui o “Dia Estadual da Mulher Negra Latino-Americana e Caribenha</b>
<b>Resolução nº 898/2014</b>	<b>Institui o Prêmio Theodosina Rosário Ribeiro</b>

# PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

---

## EDUCAÇÃO

PROJETOS	EMENTA
PL nº 446/2018	Torna obrigatório o ensino da disciplina de Língua Espanhola no currículo do ensino médio da rede estadual de ensino, ao lado da Língua Inglesa, conforme artigo 35 da Lei Federal nº 9394, de 1996, alterado pela Lei Ordinária nº 13.415, de 2017, no Estado.
*PL nº 420/2018 - também incluso no tópico saúde	Cria o cadastro de obesidade infanto-juvenil dos alunos nas escolas de ensino fundamental e médio do Estado.
*PL nº 161/2018 – também incluso no tópico saúde	Torna obrigatória a apresentação da carteira de vacinação no ato da matrícula nas escolas públicas do Estado que oferecem ensino infantil, fundamental e médio.
*PL nº 1080/2017 - também incluso no tópico mulher	Institui o ensino da Lei Maria da Penha nas escolas.
PL nº 792/2016	Estabelece diretrizes para a promoção da alimentação saudável no ambiente escolar das redes de ensino pública e privada do Estado.
PL nº 935/2014	Proíbe a utilização de critérios ou métodos que considerem a situação pedagógica ou conteúdos aprendidos pelos estudantes para ingresso no ensino fundamental nas escolas particulares.
PL nº 755/2011	Dispõe sobre a adoção obrigatória de giz antialérgico, no âmbito da Rede Pública Estadual de Ensino.
PL nº 754/2011	Institui o Programa SP-Digital e dá providências correlatas.
PL nº 726/2011	Dispõe sobre a proibição das instituições de ensino particular inscrever nos órgãos de restrição ao crédito Serasa e SPC o nome dos alunos inadimplentes.

# PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

## TURISMO

PROJETOS	EMENTA
PL nº 407/2016	Classifica Apiaí como Município de Interesse Turístico. <b>Obs: autoria conjunta com deputado José Zico Prado</b>

## LEIS APROVADAS - TURISMO

Lei nº 16.720/2018	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Apiaí/Barbosa/Bofete/ Boituva/Cachoeira Paulista/Cesário Lange/Cubatão/Estiva Gerbi/Fernandópolis/Igaratá/Iporanga/Itaoca/Itapira/Itápolis/Itapura/Itararé/Itatiba/Ituverava/Jacareí Jacupiranga/Jales/Laranjal Paulista/Mendonça/Miguelópolis/Mineiros do Tietê Miracatu/MonteiroLobato/Orlândia/Ouroeste/Panorama/Paraibuna/Pardinho/ Patrocínio Paulista/Paulo de Faria/Pedrinhas Paulista/Piracaia/Piratininga/ Queluz/Ribeirão Grande/São José do Rio Pardo/São Miguel Arcanjo/Sertãozinho/ Sete Barras/Sud Menucci/Torrinha e Ubarana. <b>Obs: autoria coletiva de todos os deputados</b>
Lei nº 16.566/2017	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Altinópolis, Araraquara, Araras, Areias, Cabreúva, Campina do Monte Alegre, Cardoso, Cruzeiro, Itapuí, Itupeva, Jaú, Lençóis Paulista, Limeira, Lins, Mairiporã, Mira Estrela, Mogi das Cruzes, Nazaré Paulista, Novo Horizonte, Rancharia, Registro, Riolândia, Rosana, Santa Branca, Santa Cruz do Rio Pardo, Santo Expedito, São Simão, Tabatinga, Tambaú, Uchôa e Votuporanga. <b>Obs: autoria coletiva de todos os deputados</b>
Lei nº 16.430/2017	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Agudos, Barretos, Guararema, Iacanga, Sales e Santo Antonio da Alegria. <b>Obs: autoria coletiva de todos deputados</b>
Lei nº 16.429/2017	Classifica como de Interesse Turístico os Municípios de Brodowski, Buritama, Espírito Santo do Pinhal, Jundiá, Martinópolis, Monte Alto, Pedreira, Piedade, Rifaina, Rubinéia, Sabino, Santa Isabel, Tapiraí e Tatuí. <b>Obs: autoria coletiva de todos deputados</b>
Lei nº 16.597/2017	Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Festa de São Pedro do Quilombo de São Pedro", realizada no Vale do Ribeira.
Lei nº 15.404/2014	Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Baile do Carmo", em Araraquara
Lei nº 15.861/2015	Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Kustom Meeting", em Caçapava.
Lei nº 15.805/2015	Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Expo Roberto Lee Classic", em Caçapava.

## PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

---

### SINDICAL

PL nº 561/2017	Dispõe sobre a prestação preferencial de serviços postais da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos pelos órgãos públicos estaduais da Administração Direta e Indireta.
PL nº 541/2017	Dispõe sobre medidas de segurança contra assaltos nas Agências de Correios no Estado.
PL nº 540/2017	Estabelece o limite máximo, em quilômetros, para o trajeto a ser percorrido pelos carteiros pedestres, no Estado.
PL nº 539/2017	Estabelece ordinariamente o período matutino para o trajeto a ser percorrido pelos carteiros pedestres, no Estado.
PL nº 770/2016	Torna obrigatório o diploma de Técnico em Radiologia ou de Tecnólogo em Radiologia para a operação de equipamentos e fontes emissores de radiação corpuscular e eletromagnética, bem como o devido uso de equipamentos de proteção individual para o cuidado, preservação e zelo da saúde do paciente/cliente, profissionais envolvidos na empregabilidade destas.
PL nº 898/2014	Concede anistia aos trabalhadores da Companhia do Metropolitano de São Paulo - Metrô que foram demitidos por greve.
PL nº 756/2011	Dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas de Telemarketing, Contact Center, Call Center e Centrais de Atendimento que atuam no Estado de São Paulo, propiciarem atendimento psicológico aos operadores de telemarketing.

## PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

---

### DIREITO DO CONSUMIDOR

<b>PROJETOS</b>	<b>EMENTA</b>
PL nº 840/2016	Determina o cancelamento automático da prestação de serviços de passe livre em pedágios e estacionamentos, de televisão por assinatura, de telefonia móvel e de serviços de internet nos casos de inatividade do uso por período superior a noventa dias.
*PL nº 726/2011 – também incluído no tópico educação	Dispõe sobre a proibição das instituições de ensino particular inscrever nos órgãos de restrição ao crédito Serasa e SPC o nome dos alunos inadimplentes.

### LEIS APROVADAS – DIREITO DO CONSUMIDOR

<b>Lei nº 16.120/2016</b>	<b>Veda aos estabelecimentos comerciais a exigência de valor mínimo para compras com cartão de crédito ou débito.</b>
---------------------------	---

# PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

---

## DIREITOS HUMANOS

PROJETOS	EMENTA
PL nº 975/2017	Institui a Política Estadual para a População Migrante, a ser implementada de forma transversal às políticas e serviços públicos, sob articulação da Secretaria Estadual da Justiça e da Defesa da Cidadania do Estado. <b>Obs: autoria conjunta com Deps. Ana da Carmo, CBezerra e MLia</b>
PL nº 622/2013	Assegura aos povos indígenas assistência religiosa, prestada por seus líderes espirituais, em hospitais e unidades de saúde da rede pública e privada do Estado.

## LEIS APROVADAS - DIREITOS HUMANOS

Resolução nº 881/2012	Cria o "Prêmio Beth Lobo de Direitos Humanos das Mulheres". <b>Obs: autoria conjunta com deputado Adriano Diogo</b>
-----------------------	--

## PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

---

### PESSOA COM DEFICIÊNCIA

PROJETOS	EMENTA
PL nº 132/2018	Obriga os condomínios residenciais do Estado a reservarem vagas em seus estacionamentos internos e externos aos deficientes físicos que apresentem limitação de mobilidade.
PL nº 1062/2017	Institui o "Dia do Atleta Paralímpico".
PL nº 746/2012	Equipara a síndrome de "Von Recklinghausen" (neurofibromatose) às deficiências físicas e mentais para os efeitos jurídicos no Estado.

## PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

---

### UTILIDADE PÚBLICA

<b>PROJETOS</b>	<b>EMENTA</b>
PL nº 989/2017	Declara de utilidade pública o "Instituto Internacional de Integração e Desenvolvimento Humano - Arka", em Capivari.
PL nº 512/2018	Declara de utilidade pública o Instituto C, com sede em São Paulo.

### LEIS APROVADAS - UTILIDADE PÚBLICA

<b>Lei nº 16.522/2017</b>	<b>Declara de utilidade pública a "Associação Centro Terapêutico Lapidar", em Atibaia.</b>
<b>Lei nº 15.608/2014</b>	<b>Declara de utilidade pública o "Núcleo Cristão Cidadania e Vida ", na Capital.</b>
<b>Lei nº 14.810/2012</b>	<b>Declara de utilidade pública a Fraternidade Solidária São Francisco de Assis - FRASOL, com sede em Ribeirão Preto.</b>

## PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

---

### DIVERSIDADE

PROJETOS	EMENTA
PL nº 426/2015	Dispõe sobre a inclusão do nome social de travestis e transexuais nos registros internos de documentos escolares das instituições de ensino integrantes do Sistema Estadual de Ensino de São Paulo.
PL nº 998/2015	Estabelece parâmetros de acolhimento de LGBT em privação de liberdade no Estado.

### LEIS APROVADAS - DIVERSIDADE

Lei nº 15.082/2013	Altera a Lei nº 10.948 de 5 de novembro de 2001, que dispõe sobre as penalidades a serem aplicadas à prática de discriminação em razão de orientação sexual.
--------------------	--

## PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

---

### CIDADANIA

PROJETOS	EMENTA
PL nº 379/2011	Dispõe sobre o horário de funcionamento nas estações da Companhia do Metropolitano de São Paulo - METRÔ, nos finais de semana e dá outras providências.
PL nº 895/2017	Assegura ao passageiro do transporte metropolitano e intermunicipal público, o embarque e transporte de bicicleta pessoal.

## PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

---

### MEIO AMBIENTE

PL nº 896/2017	Torna obrigatória a instalação de coletores de água da chuva em obras realizadas pelo Poder Público.
PL nº 329/2012	Torna obrigatório o enterramento de linhas de transmissão de energia elétrica de alta tensão no Estado. <b>Obs: autoria conjunta com dep. Pedro Bigardi</b>
*PL nº 895/2017 – também incluído no tópico Cidadania	Assegura ao passageiro do transporte metropolitano e intermunicipal público, o embarque e transporte de bicicleta pessoal.

## PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

---

### DIREITO À INFORMAÇÃO

PROJETOS	EMENTA
PR nº 25/2015	Cria o Conselho Estadual Parlamentar de Comunicação do Estado.

## PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

---

### HOMENAGEM

PROJETOS	EMENTA
PL nº 1249/2015	Dá a denominação de "Delegada Rose" à Primeira Delegacia da Mulher da Capital.
PR nº 12/2013	Declara nula a Resolução da mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo adotada em 12 de janeiro de 1948, que extinguiu os mandatos dos deputados do PCdoB. <b>Obs: autoria conjunta com deputado Alcides Amazonas</b>

## PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

---

### PROTEÇÃO ANIMAL

PROJETOS	EMENTA
PL nº 1347/2015	Dispõe sobre a colocação de bebedouros para animais em parques, praças e outros locais públicos destinados à prática de esportes e lazer.
PL nº 556/2012	Dispõe sobre a implantação de ecodutos que possibilitem a segura transposição da fauna, por sob ou sobre as estradas, rodovias e ferrovias, em todo o território do Estado de SP. <b>Obs: autoria conjunta com dep. Pedro Bigardi</b>

## PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

---

### PROTEÇÃO À CRIANÇA

PROJETOS	EMENTA
PL nº 1287/2014	Proíbe o acesso de crianças e adolescentes a programas informatizados que induzam ou estimulem a violência.

# PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

## PROPOSTAS DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ASSINADAS

PROPOSTA	EMENTA	AUTOR
PEC nº 05/2018	Dá nova redação ao artigo 180 da Constituição do Estado. (alienação de imóveis municipais)	Campos Machado
PEC nº 04/2018	Altera artigos do texto constitucional para resguardar direitos inerentes aos Auditores de Controle Externo do Tribunal de Contas do Estado.	Carlos Giannazi
PEC nº 03/2018	Dá nova redação aos §§ 1º e 2º do artigo 140 da Constituição Estadual. (delegados de Polícia)	Campos Machado
PEC nº 02/2018	Inclui §2º - A no artigo 138 da Constituição do Estado. (diferença salarial entre os postos da PM)	Fernando Capez
PEC nº 07/2017	Inclui parágrafos no artigo 162 da Constituição do Estado	Campos Machado
PEC nº 06/2017	Acrescenta parágrafos ao artigo 180 da Constituição do Estado de São Paulo.	Itamar Borges
PEC nº 03/2017	Acrescenta o Artigo 144-A com os respectivos §§ 1º e 2º, na Seção I - "Disposições Gerais", do Capítulo I - "Dos Municípios", do Título IV - "Dos Municípios e Regiões", à Constituição do Estado.	Luiz Turco
PEC nº 02/2017	Insera inciso XXVII ao artigo 20 da Constituição do Estado para permitir ao Parlamento a convocação nas respectivas comissões, dos candidatos em lista tríplice da Procuradoria-Geral de Justiça, da Defensoria Pública e das Universidades Públicas para apresentarem suas respectivas plataformas a serem desenvolvidas durante o mandato pretendido.	Alencar Santana
PEC nº 01/2017	Confere nova redação ao parágrafo único do artigo 97 da Constituição do Estado.	Campos Machado
PEC nº 05/2016	Altera o inciso XII do artigo 115 da Constituição do Estado. (disciplina o limite remuneratório único, no âmbito do Estado de São Paulo – aperfeiçoa a PEC 03/2016)	Campos Machado
PEC nº 03/2016	Confere nova redação ao inciso XII do artigo 115 da Constituição do Estado de São Paulo. (disciplina teto remuneratório único)	Campos Machado
PEC nº 01/2016	Acrescenta inciso IX ao artigo 237 e acresce o artigo 243-A à Constituição do Estado.	Carlos Neder
PEC nº 09/2015	Altera os artigos 23, 24, 74, 79-B, 80, 81, 138, 139, 141, 142, Seções III, IV, V e VI do Capítulo III do Título III e acrescenta artigos 63 a 69 nos Atos de Disposições Transitórias da Constituição do Estado, objetivando desmembrar o Corpo de Bombeiros da Polícia Militar.	Coronel Telhada
PEC nº 08/2015	Acrescenta novas disposições ao artigo 20 da Constituição Estadual, que dispõe sobre competências exclusivas da Assembleia Legislativa.	André Soares
PEC nº 07/2015	Dá nova redação ao artigo 140 da Constituição do Estado, que dispõe sobre a Polícia Civil.	Delegado Olim
PEC nº 05/2015	Altera a redação do item 8 do § 2º do artigo 165 da Constituição do Estado, a fim de incluir a isenção de ICMS para medicamentos e para a matéria-prima destinada a sua fabricação.	Beth Sahão
PEC nº 02/2015	Altera os artigos 174 e 175 da Constituição do Estado e acrescenta artigos ao Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, tornando obrigatória a execução da programação orçamentária que especifica.	Pedro Tobias
PEC nº 01/2015	Altera os artigos 174, 175 e 176 da Constituição do Estado a fim de instituir o orçamento impositivo.	Enio Tatto

## PROJETOS DA DEPUTADA LECI BRANDÃO

---

PEC nº 01/2014	Altera os §§ 1º e 2º do artigo 140, com redação dada pela <u>Emenda Constitucional nº 35, de 2012</u> , que dispõe sobre a Polícia Civil.	Campos Machado
PEC nº 01/2013	Acrescenta § 3º ao artigo 94. (Torna competência privativa do PGJ empreender as ações necessárias para garantir e manutenção da probidade e legalidade administrativa)	Campos Machado
PEC nº 15/2011	Inclui o artigo 137-A, que dispõe sobre a redução de 50% (cinquenta por cento) da carga horária de trabalho do servidor público que seja responsável legal e cuide diretamente de portador de necessidade especial, sem prejuízo de sua integral remuneração.	Carlos Giannazi